



EXPANSÃO DO DENDÊ NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Elementos para uma análise dos impactos sobre a agricultura familiar no nordeste do Pará

REALIZAÇÃO

Repórter Brasil

APOIO



EXPEDIENTE

Repórter Brasil - Organização de Comunicação e Projetos Sociais

Coordenação geral

Leonardo Sakamoto

Centro de Monitoramento dos Agrocombustíveis

Marcel Gomes (coordenação)

Verena Glass (pesquisa)

Suporte Financeiro

Fabiana Garcia

Suporte Administrativo

Maia Fortes

O relatório “Expansão do dendê na Amazônia brasileira: elementos para uma análise dos impactos sobre a agricultura familiar no nordeste do Pará” é uma realização do Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis da ONG Repórter Brasil

Autora

Verena Glass

Revisão

Marcel Gomes

Fotos

Verena Glass

Diagramação

Gustavo Monteiro

Endereços para correspondência

biobr@reporterbrasil.org.br

<http://twitter.com/reporterb>

<http://www.facebook.com/ONGReporterBrasil>

Rua Bruxelas, 169, São Paulo - SP, CEP 01259-020

Telefones: (+55 11) 2506-6570, 2506-6562, 2506-6576 e 2506-6574

Apoio

Cordaid

Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE/Amazônia

Sigrid Rausing Trust

Copyright ONG Repórter Brasil

É permitida a reprodução total ou parcial da publicação, devendo citar fonte de referência.

ÍNDICE

EXPANSÃO DO DENDÊ NA AMAZÔNIA BRASILEIRA	05
1. ASPECTOS ECONÔMICOS	06
ESTUDO DE CASO: PARCERIA COM AGRICULTURA FAMILIAR EM CONCÓRDIA DO PARÁ	08
2. REORDENAÇÃO DA PRODUÇÃO REGIONAL	09
ESTUDO DE CASO: TRABALHO PENOSO E CONSUMO DE DROGAS	11
3. ASPECTOS AMBIENTAIS	11
CONSIDERAÇÕES FINAIS	14
NOTAS	15

A EXPANSÃO DO DENDÊ NO NORDESTE DO PARÁ

Foto: Verena Glass



Apesar de constar como prioridade do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) para a região Norte desde a sua criação em 2004, o dendê (ou palma) passou a receber investimentos mais vultosos, principalmente no estado do Pará - maior estado produtor -, a partir do lançamento do Zoneamento Agroecológico do Dendê¹ e do Programa de Produção de Palma de Óleo, em 2010².

A “institucionalização” da dendeicultura amazônica - que já ocorre industrialmente na região desde a década de 1990 -através da nova regulamentação das políticas públicas para o setor possibilitou a implementação, com o apoio financeiro do Pronaf Eco Dendê³, da integração da agricultura familiar a grandes empresas de biodiesel sob uma nova ótica. Com contratos de parceria de 25 anos (detalhado mais adiante), empresas deverão se beneficiar de incentivos fiscais na produção de biodiesel através do Selo Combustível Social⁴, enquanto pequenos agricultores são inseridos em uma nova escala de produção agroindustrial.

A participação da agricultura familiar no cultivo do dendê está ampliando a área ocupada pela cultura no Nordeste do Pará, principal região produtora do estado com 37 municípios adequados à atividade, segundo o Zoneamento Agroecológico do Dendê. Atualmente, de acordo com dados da Secretaria de Agricultura do Estado do Pará (Sagri), somando-se as áreas próprias do setor empresarial às ocupadas com dendê na agricultura familiar, a região contabiliza cerca de 166 mil hectares ocupados pela cultura⁵.

Atualmente, empresas de médio e grande porte, como Agropalma, Biopalma Vale, Yossan, Dempasa, Marborges, Dentauá, Petrobras/ Galp, ADM e Palmasa, além de outras de menor envergadura, ocupam, juntas, 140 mil hectares, com perspectivas de expansão para 329 mil ha até 2020, como mostra tabela 1.

TABELA 1: PRODUÇÃO DE DENDÊ NO PARÁ

EMPRESA	MUNICÍPIOS	ÁREA PLANTADA (ha)	CAPACIDADE INSTALADA (t)	PROJETOS DE EXPANSÃO (ha)
Agropalma	Acará, Moju e Tailândia	45.000	201	50.000
Biopalma	Abaetetuba, Acará, Concórdia do Pará, Moju, Tomé Açu e São Domingos do Capim	42.000	40	80.000
Yossan	Santa Isabel do Pará	16.000	-----	20.000
Dempasa	Santa Bárbara do Pará	6.000	12	10.00
Marborges	Moju	5.000	20	10.000
Dentauá	Concórdia do Pará, Santo Antônio do Tauá	4.000	-----	6.000
Petrobras/Galp	Moju Tailândia, Tomé-Açu, Acará, Concórdia do Pará, Bujaru e Abaetetuba	4.000	-----	75.000
ADM	São Domingos do Capim	3.000		50.000
Palmasa	Igarapé Açu	3.000	28	8.000
Outros		12.000	-----	20.000
Total		140.000	340	329.000

Fonte: Sagri e Reporter Brasil

Adicionalmente às áreas de dendê cultivadas pela agricultura familiar antes de 2010 (cerca de 20,2 mil ha), entre aquele ano e 2012 o setor firmou, de acordo com dados do Banco da Amazônia (Basa, repassador dos financiamentos do Pronaf Eco Dendê), 581 novos contratos de parceria, como mostra a tabela 2.

Fonte: Basa

TABELA 2: AGRICULTORES FAMILIARES INTEGRADOS NO DENDÊ ENTRE 2010 E 2012

MUNICÍPIOS	NÚMERO DE FAMÍLIAS	ÁREA
Acara	42	420
Aurora do Pará	3	30
Baião	1	10
Bujaru	1	10
Cameta	3	30
Castanhal	1	10
Concórdia do Pará	16	160
Garrafão do Norte	20	200
Igarapé-Açu	3	30
Irituia	11	110
Mocajuba	1	10
Moju	115	1150
São Domingos do Capim	143	1.430
Tailândia	95	950
Tomé-Açu	126	1.260
Total	581	5.810

Já para a safra 2012/2013, o Basa projetou o financiamento de outros 1.610 contratos entre empresas e agricultores familiares, adicionando mais 15,3 mil ha à dendeicultura da região, como mostra a tabela 3:

Fonte: Basa

TABELA 3: PLANEJAMENTO PARA APLICAÇÃO DO PRONAF-ECODENDÊ NA SAFRA 2012/2013

EMPRESAS	MUNICÍPIOS	FAMÍLIAS	(ha)	Valores (R\$)
Biopalma Vale	Abaetetuba \ Moju	200	2.000	16.000.000,00
Agropalma	Moju	15	150	1.200.000,00
Petrobrás	Igarapé-Miri, Baião e Mocajuba	300	3.000	20.000.000,00
ADM do Brasil	S. Domingos do Capim 1	160	1.200	12.800.000,00
ADM do Brasil	S. Domingos do Capim 2	160	1.200	12.800.000,00
Belém Bioenergia	Tailândia	200	2.000	16.000.000,00
Belém Bioenergia	Tomé-Açu	100	1.000	8.000.000,00
Biopalma Vale	Tomé-Açu \ Concórdia	300	3.000	24.000.000,00
Marborges	Garrafão do Norte	60	600	4.800.000,00
	Capitão Poço	75	750	6.000.000,00
	Nova Esperança do Piria	40	400	3.200.000,00
Total		1.610	15.300	124.800.000,00

1. ASPECTOS ECONÔMICOS

Como constata os pesquisadores da Universidade Federal do Para (UFPA) João Santos Nahum e Antonio Malcher⁶, a população do pólo paraense do dendê é composta predominantemente por ribeirinhos, quilombolas, agricultores familiares e trabalhadores rurais, que usam a terra como núcleo estruturante das comunidades. Segundo Nahum e Malcher, “tal fato, associado à visão setorial e econômica de meio rural que prevalece nos recenseamentos, provavelmente explica a quase invisibilidade

da produção camponesa nas estatísticas dos órgãos oficiais, que insistem em reforçar que as unidades familiares camponesas amazônicas não têm peso econômico, são obsoletas, irracionais economicamente”.

A fragilidade, na opinião do poder público, dos processos produtivos da agricultura familiar no Nordeste paraense tem justificado os investimentos no dendê como uma alternativa viável de renda. De acordo com o programa do dendê na agricultura familiar, que prevê áreas de 10 hectares cultivados em bases familiares, pequenos agricultores poderão obter uma renda de cerca de R\$ 2 mil mensais no pico produtivo, que se estende do quinto ao 18º ano de vida das palmeiras.

Uma base de cálculo de gastos e ganhos, elaborada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) em parceria com a empresa Dendê do Pará S.A. (Denpasa) em 2010, tem ordenado os financiamentos do Pronaf Eco Dendê do Banco da Amazônia, que atualmente disponibiliza até R\$ 80 mil por família com prazo de 14 anos (prorrogáveis por mais seis) para quitação dos débitos. A estimativa das empresas é que, se manejado de acordo com as indicações técnicas, uma família poderá produzir de 80 toneladas de dendê por ano, em 10 ha, a partir do terceiro ano, e até 280 t/ano, a partir do 10º ano⁷.

Na prática, porém, os cálculos apresentam algumas distorções se fossem aplicados ao pé da letra em 2013. Além da inflação dos últimos três anos, que aumentou os custos com insumos, mão-de-obra, equipamentos de proteção individual, instrumentos de trabalho (como pulverizadores) e horas-máquina, muitos agricultores produzem bem menos e utilizam bem mais agrotóxicos, mão-de-obra e outros itens do que o previsto pela Embrapa.

Por outro lado, a produção dos dendezaís não tem chegado a 280 toneladas/ano em lotes de agricultura familiar, como pode ser constatado nas experiências mais antiga da região. Na comunidade de Arauaí, no município de Moju, por exemplo, onde cerca de 150 famílias plantam dendê para a empresa Agropalma desde 2002, a produção média fica em torno de 200 toneladas em 10 ha, de acordo com os produtores. Partindo-se desta experiência, a

TABELA 4: INSUMOS E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS AO CULTIVO DE 10 HA DE DENDÊ NA AGRICULTURA FAMILIAR (DIVERSOS ESTÁGIOS DO CULTIVO)							
DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	PREP. DO SOLO	PLANTIO	MANEJO ANO 1	MANEJO ANO 3	MANEJO ANO 5	MANEJO ANO 10
1. PREPARO DE ÁREA							
1.1. manual + mecanizado							
Roçada de capoeira	dia/homem	160					
Destoca e Enleiramento capoeira (D-6)	hora/trator est.	40					
Estradas internas	M	400					
SUB-TOTAL	-						
1.2. MANUAL	-						
Retirada de piquetes	dia/homem	5					
Demarcação e piqueteamento	dia/homem	20					
Coveamento e nivelamento	dia/homem	40					
2. CULTIVO							
2.1. mão-de-obra	-						
Distribuição de mudas	dia/homem		10				
Adução de pré-plantio	dia/homem		10				
Plantio	dia/homem		10				
Plantio de Pueraria	dia/homem		10				
Adução	dia/homem		14	21	21	28	28
Coroamento (4 à 6/ano) Manual	dia/homem		75	75	63	50	25
Rebaixamento Manual	dia/homem		60	60	60	45	30
Ronda Fitossanitária	dia/homem		29	29	29	14	14
Aplicação de herbicidas	dia/homem					10	10
Aplicação de formicidas	dia/homem		10	10			
Controle de Pragas	dia/homem		10	10	10	10	10
Colheita	dia/homem				72	119	198
Retirada de cachos	dia/homem				61	61	90
Transporte de cachos	Ton				60	200	280
2.2. materiais	-						
Pueraria	Kg		30				
Mudas de dendê	Uma	1.502					
Adubo orgânico (saco de 40 kg)	Saco		536				
Formula - 04-II-23	Kg						
Fórmula- 14-05-20 +2.5	Kg		1430	2145	2145	3.600	1144
Arad	Kg		572				
Sulfato de magnésio	Kg		150	150	300	450	1300
Bórax	Kg		150	150	180	150	150
Raticida	Kg		20	10			
Inseticida	Litro		10	10	10	10	10
Formicida - isca	Kg		10	10			
Herbicida	Litro					15	15
Inseticida Armadilha	Capsula		12	12	12	12	12
3. EQUIPAMENTOS							
Pulverizador costal/Roçadeira Costal	Unidade		10				
Ferramentas manuais e EPIs	Diversas		10	10	10	10	10
4. PRODUÇÃO ANUAL	Toneladas				60	200	280

possibilidade de que o ganho de uma família com a cultura não atinja os índices previstos pela Embrapa é real.

Diante disto, na tabela 4 estão listados apenas os itens referidos para o cálculo de custos e rendimentos, por amostragem de anos, para auxiliar numa projeção mais realista dos agricultores sobre gastos e ganhos.



ESTUDO DE CASO: PARCERIA COM AGRICULTURA FAMILIAR EM CONCÓRDIA DO PARÁ



Raimundo Reis, parceiro da Biopalma Vale, ainda gasta mais do que ganha

Foto: Verena Glass

Raimundo Lopes dos Reis, agricultor de Concórdia do Pará, município localizado no nordeste do Estado, iniciou uma parceria com a Biopalma Vale no início de 2010. Plantou 10 hectares e tomou R\$ 57,5 mil emprestados no banco, aportando mais R\$ 8 mil do próprio bolso. Em janeiro de 2013, começou a colher e, muito satisfeito com a parceria, conta que ganhou R\$ 1,8 mil com o dendê. Questionado se este valor cobriu os custos de produção, Raimundo dos Reis começou a fazer contas.

Para ajudar no trabalho de adubação e coroamento das palmeiras (aplicação de herbicida ao redor das plantas), Raimundo contratou quatro pessoas por cinco dias, a R\$ 30 a diária: um gasto de R\$ 600. Depois, foram contratadas mais três pessoas por seis dias para ajudar no trato e na colheita da lavoura. Gasto: R\$ 540. Mais duas diárias de trator (a R\$ 300 a diária), R\$ 600. Adicionando a isso R\$ 666 de adubo e R\$ 105 de veneno,

os gastos totais foram de R\$ 2.511, contra R\$ 1.800 de renda. Dessa forma, em janeiro o agricultor teve um “prejuízo” de R\$ 711.

Pode-se argumentar que o caso de Raimundo dos Reis é característico para os que estão iniciando o cultivo do dendê. Com o passar dos anos e o aumento da produção, também aumentará a renda. Ainda assim, é possível fazer uma estimativa grosseira do que poderá ocorrer.

Tomemos como base a comunidade de Arauaí, em Moju, que já planta dendê em parceria com a Agropalma há quase dez anos. A produtividade média das famílias é de 20 toneladas por ha/ano, segundo a empresa. Multiplicando a produção por 10 hectares, tem-se 200 toneladas/ano por família. Com base no preço de R\$ 255 pagos pela tonelada (cotação da Agropalma em 12/03/2013), o rendimento médio bruto da área ficaria em R\$ 51 mil/ano. Dividido por 12 meses, são R\$ 4.250/mês.

Do total da renda advinda da produção, porém, 25% são retidos no Banco da Amazônia para quitação do financiamento, e 25% para o pagamento do adubo, fornecido pela empresa. Isso significa uma diminuição de 50% no ganho líquido, que passaria a girar em torno de R\$ 2.125. Calculando os gastos de manejo, com base na experiência de Raimundo dos Reis, pode-se concluir que, tirando o adubo, já contabilizados nos 25% acima, sobram cerca de R\$ 1.800 de despesas. Subtraindo este valor do ganho mensal, uma família teria um lucro de cerca de R\$ 325/mês com 10 hectares de dendê até a quitação de suas dívidas com o banco (entre 14 e 20 anos), descontado o pagamento pela mão-de-obra (própria ou contratada).



Contratação de ajudantes e diária de trator elevam os custos

Foto: Verena Glass

► Contratos de parceria Empresas/Agricultores Familiares

Os contratos de parceria entre empresas e agricultores familiares, elaborados pelas empresas, apesar de seguirem estritamente as provisões legais, em sua maioria determinam uma relação bastante impositiva entre as indústrias e seus integrados.

Tomemos como exemplo o contrato da Petrobras⁸. Como condição inicial, a empresa estipula que a área ocupada pelo dendê é reservada para cultivo exclusivo deste, estando vedado ao agricultor que consorcie outras culturas com dendê, apesar de ser proprietário da terra em questão.

A empresa também exige, por contrato, acesso ilimitado à área do produtor, estipulando que “a COMPRADORA terá livre acesso ao imóvel do PRODUTOR/VENDEDOR, podendo visitar as suas dependências sempre que julgar conveniente, para verificar a regularidade das condições do plantio e do solo, prestar a assistência necessária, bem como fiscalizar a execução do presente Contrato”.

É também a empresa que gerencia o plantio e o manejo do pequeno agricultor. Segundo o contrato, “o PRODUTOR/VENDEDOR obriga-se a preparar a área de plantio seguindo rigorosamente o organograma e as especificações técnicas fornecidas pela COMPRADORA.

O PRODUTOR/VENDEDOR obriga-se a realizar as atividades de plantio e manutenção da cultura de palma de óleo, de acordo com as recomendações técnicas e de segurança, meio ambiente e saúde ocupacional da COMPRADORA, em especial no que se refere à limpeza, rebaixo, coroamento, poda e afastamento, adubação e controle fitossanitário dos plantios.

O PRODUTOR/VENDEDOR obriga-se a efetuar a limpeza e a conservação dos plantios de palma, em especial na área abrangida pelo presente Contrato, devendo a mesma estar em boas condições de colheita e escoamento da produção. (...)

O PRODUTOR/VENDEDOR obriga-se a executar fielmente todas as operações agrícolas e orientações referentes a segurança, meio ambiente e saúde ocupacional definidas pela Assistência Técnica da COMPRADORA, conforme definido na Instrução Normativa nº 01/2009”.

A empresa também estipula o preço a ser pago pela produção e já institui penalidades em caso de descontentamento com o resultado. Segundo o contrato, “o preço a que se refere o item 8.1 é para o produto que atenda às especificações técnicas designadas como padrão no Anexo VI. Ao produto que não se enquadrar na classificação padrão será aplicado fator de desconto no preço conforme anexo VI”. Também é a empresa que produz relatórios periódicos para o Banco da Amazônia, para que este libere (ou não) o pagamento ao agricultor contratado na operação de financiamento do Eco Dendê.

Outras cláusulas do contrato apresentam disparidades entre os direitos de ambas as partes. O documento prevê, por exemplo, que “o PRODUTOR/VENDEDOR não poderá ceder, no todo ou em parte, os direitos previstos no presente Contrato, salvo com autorização prévia e por escrito da COMPRADORA. No entanto, a COMPRADORA fica desde já autorizada a ceder o presente Contrato, no todo ou em parte, a empresas controladas, controladoras, relacionadas, joint-ventures ou empresas sob o controle ou com participação acionária da COMPRADORA ou da Petróleo Brasileiro S.A – PETROBRAS”. O contrato também garante à empresa que este “poderá ser rescindido a qualquer tempo pela COMPRADORA por justa causa, na hipótese de se tornar impossível, seja do ponto de vista técnico ou legal, o desenvolvimento das atividades Objeto do Contrato”.

De acordo com João Augusto Araújo Paiva, gerente geral de Produção da Diretoria de Biodiesel da Petrobras Biocombustíveis (PBio), as cláusulas contratuais que garantem o acesso da empresa às terras de seus parceiros, bem como as que definem as práticas de manejo, devem garantir o bom desempenho do dendezal e sua produção, fator de interesse tanto da Petrobras como dos agricultores.

Já a exigência de que o dendê seja cultivado sem consorciamento com outras culturas é real, mas a Petrobras teria encomendado estudos à Embrapa para que desenvolvesse manejos alternativos, neste sentido. “Confirmo que esta cláusula existe, mas vamos tentar mudar isso, já pedimos estudos à Embrapa”, explica João Augusto Paiva. Questionado sobre a incapacidade de muitas famílias de manterem seus dendezais e cultivarem roças, o gerente da Petrobras disse que a empresa tem procurado prioritariamente fechar parcerias com agricultores que se comprometem a não abandonar as roças. “Claro, não está no contrato, mas é uma das condições para a parceria”.

2. REORDENAÇÃO DA PRODUÇÃO REGIONAL



Foto: Verena Glass

Dendê deixa pouco tempo e espaço para cultura alimentares

O ritmo acelerado da expansão da dendeicultura e da incorporação da agricultura familiar à atividade já tem modificado a estrutura produtiva do nordeste do Pará, como constata a pesquisa de João Santos Nahum e Antonio Malcher. Entre os anos 2008 e 2010, a aquisição de terras por parte das grandes empresas focou, em grande medida, lotes de pequenos agricultores, muitos dos quais, depois de vendida a terra, passaram a trabalhar como funcionários de agenciadores de trabalho - os chamados gatos - ou das próprias empresas no plantio dos novos dendezais agroindustriais.

Já os produtores que optaram pelo dendê em parceria com as empresas têm, via de regra, abandonado os plantios e as roças de cultivos alimentares. De todos os depoimentos colhidos a campo em cinco anos de pesquisa do **Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis (CMA) da Repórter Brasil** nos municípios de Abetetuba, Acará, Concordia do Pará, Moju, Tomé Açu e Tailândia, apenas um produtor não deixou de cultivar alimentos e roças, em função de um sistema de organização microempresarial da propriedade.

Estes dois fenômenos já têm sido relacionados por especialistas a uma alta de preços de itens básicos dos alimentos, tanto na região nordeste quanto na capital paraense Belém. De acordo com levantamentos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socio-econômicos no Pará (Dieese/PA), o principal responsável pela alta de 12% da cesta básica no Estado entre janeiro e dezembro de 2012 (quase duas vezes a inflação do ano calculada pelo IBGE) foi a farinha de mandioca, que sofreu um aumento de 90% neste período.



Foto: Verena Glass

Farinha de mandioca nunca esteve tão cara no Pará

O mesmo fenômeno se repetiu nos primeiros meses de 2013. Segundo o Dieese, “março de 2013 foi o 11º mês consecutivo de alta no preço da farinha de mandioca consumida pelos paraenses. (...) Os preços por quilo da farinha de mandioca praticados hoje na Grande Belém são os maiores já verificados pelo Dieese/PA desde o início da Pesquisa da Cesta em 1980”.

Outros itens da alimentação básica da população paraense que tiveram altas significativas são o açaí e o peixe. De acordo com levantamento do Dieese relativo ao mês de março de 2013, na região da grande Belém o “açaí do médio” (tipo mais consumido) apresentou uma alta de 45,27% em relação aos preços praticados em fevereiro. No 1º trimestre de 2013 (janeiro a março), a alta neste tipo de açaí chegou a 80,14%. Já o pescado sofreu altas de até 20,3%, a depender do peixe. A inflação oficial para este mesmo período girou em torno de 3,50%.

Apesar de apontar fatores como situações de sazonalidade, quebra de safra e entraves na comercialização, o economista e supervisor técnico do Dieese/PA, Roberto

Sena, avalia que existe uma relação entre o avanço do dendê e a alta dos alimentos. “O problema da agricultura familiar é que falta política de produção; deixaram de fomentar mandioca em troca do dendê”, afirma Sena. Segundo ele, o pouco investimento na produção de alimentos faz com que cerca de 60% do que é consumido no Estado venha de fora. “O Pará tem hoje o maior custo de vida do país, de acordo com o IBGE”, afirma Sena.

Por outro lado, um comparativo entre a renda do dendê e algumas das principais culturas da agricultura familiar da região tem apontado desvantagens do primeiro em 2013. É o caso da pimenta e do açaí, segundo os cálculos de pequenos agricultores ouvidos pelo CMA em março. Apesar de ter abandonado qualquer outro plantio desde que fechou a parceria de dendê com a Biopalma/Vale, Raimundo Lopes dos Reis calcula que os ganhos com pimenta em 10 hectares girariam em torno de R\$ 3 mil/mês, e com o açaí, 1.250/mês. “Mas com o preço da farinha, que está em torno de R\$ 8,00/kg em Belém, se tivesse plantado mandioca estaria rico hoje”, pondera ele.

ESTUDO DE CASO: TRABALHO PENOSO E CONSUMO DE DROGAS

Ex-agricultora, B.R.⁹ trabalha atualmente como “gato” (agenciador de mão-de-obra) em uma comunidade localizada às margens da PA-252, rodovia que liga Abaetetuba a Moju. Em 2009, a Biopalma Vale comprou a área de 400 hectares da família e ajudou B. R. a montar o negócio que, em março de 2013, agenciava 30 homens para trabalhar no plantio e manejo de dendê para a empresa.

De acordo com B. R., a média do rendimento dos trabalhadores terceirizados nos dendeais empresariais gira em torno de R\$ 1.200/mês. No plantio, é calculada a remuneração de um salário mínimo por 20 mudas plantadas, mais 20 centavos por muda adicional. O mesmo pagamento se aplica à poda, e apenas a adubação paga R\$ 0,86 por planta adicional.

Pelos contratos de terceirização de mão de obra da Biopalma Vale, os “gatos” recebem um valor pré-estabelecido para realizar um serviço determinado em uma determinada área, explica B. R. O pagamento de salários, o transporte, os Equipamentos de Proteção Individual, a alimentação e todos os demais gastos com os trabalhadores ficam a cargo do agenciador. “Isto pode ser um problema. Por exemplo, quando chove muito, somos obrigados a trabalhar assim mesmo. Os homens plantando dendê com água na canela, as covas cheias d’água. Aí bate um vento durante a noite e todas as mudas tombam. No dia seguinte não tem jeito, temos que voltar lá e refazer todo o serviço sem ganhar um centavo a mais por isso”, explica B.R.

A penosidade do trabalho no dendê foi um dos aspectos mais destacados pela agenciadora. De acordo com B.R., um novo fenômeno, já conhecido nos canaviais paulistas, está se espalhando nas frentes de trabalho do dendê paraense: o consumo e a vício em drogas pesadas como cocaína e crack. “Pelo menos quatro dos meus

30 trabalhadores se viciaram em cocaína nas frentes de dendê. Dos que eu sei, digo; pode ter mais. Mas o problema das drogas é geral, isso eu sei”, disse.

Atualmente desempregado, J. R. M., apontado por vizinhos como um dos trabalhadores que se viciou nas frentes de trabalho, foi funcionário de outro gato por um ano. Segundo J. R. M., que trabalhou nas fazendas Prateada e Malhada, da Biopalma Vale, ele não suportou a pressão do trabalho pesado. “A gente acordava às 3 da madrugada, tomava um cafezinho ralo e ia pro dendê. Trabalhávamos das 6h às 15h no plantio e no raleio de mudas, mas qualquer deslize tínhamos descontos no pagamento. Nem eu nem meu irmão aguentamos”, explica.

Questionado sobre o uso de drogas, J. R. M não admitiu que tivesse sido ou ainda fosse usuário, mas confirmou a prática. “Tem muita gente usando. Porque enquanto você faz uma linha (de mudas de dendê), o cara que usou cocaína faz uma e meia. Ganha muito mais assim, não sente cansaço, não sente fome, não sente quando se machuca. Por isso muita gente usa”.

De acordo com moradores da comunidade do Pontilhão, em Abaetetuba, uma “puruca” (papelote) de cocaína é vendida por R\$ 20 na região, e um cigarro de maconha por R\$ 2. “Já havia droga antes aqui, mas nunca como agora, desde a chegada do dendê. Na nossa comunidade eu sabia de nove pontos de droga. No ano passado, pulou para 17. Posso dizer com certeza que a droga nas comunidades veio com o dendê”, afirma uma liderança comunitária, que pediu para não ser identificada. “Sei de casos onde o trabalhador deixou R\$ 600 na mão do traficante assim que pegou seu salário. Tem traficante até nas frentes do dendê, fazendo negócio. Mas aqui não pode denunciar, temos muito medo da reação dos traficantes”, explica.

3. ASPECTOS AMBIENTAIS

12



Igarapé Curuperé: contaminação por agrotóxicos preocupa quilombolas

Um dos principais impactos ambientais do dendê já detectados no nordeste paraense (depois da onda de desmatamentos praticados por - ou a mando de - empresas em lotes de agricultura familiar para a implantação de dendê entre 2008 e 2010¹⁰) tem sido a contaminação por agrotóxicos de igarapés que alimentam os inúmeros rios - como o Pará, Tocantins, Moju, Acará, Acará Miri, Capim, Aiu-Açu, Maracanã e Camari, entre outros - da região.

Na comunidade Murutinga, localizada à margem da rodovia PA-252 no município de Abaetetuba, moradores relataram que mulheres que lavam roupa no igarapé de mesmo nome e que tangencia as plantações de dendê, têm se queixado frequentemente de coceiras e erupções na pele. “Já não dá mais pra usar a água do Murutinga, tá tudo envenenado”, afirma seu Sebastião, dono de um restaurante na beira da estrada.

O problema se estende também aos moradores de comunidades vizinhas aos plantios, muitos dos quais estão vendendo suas áreas. Em Concórdia do Pará, o agricultor Antonio Ribeiro possui um pequeno lote na comunidade Castanhalzinho (próxima à comunidade quilombola Curuperé), localizado diretamente na fronteira de um grande plantio de dendê da Biopalma Vale. Segundo Antonio Ri-

beiro, nos dias de aplicação de veneno no dendê a família tem sofrido com fortes dores de cabeça (“ontem mesmo passei 24 horas no hospital por conta da dor”), e não é possível manter nenhuma criação de aves, como galinhas e patos. “Eu até tentei, mas aí elas ficam doentes, começa a melar o bico, e elas morrem. Não sei dizer se é por causa do veneno, mas acredito que sim”, diz o agricultor. O principal problema da família, no entanto, é que a única fonte de água para consumo, um poço artesiano, está localizado a menos de 50 metros do dendezal.

O igarapé Curuperé, que passa no interior da área de dendê em questão, é um dos principais cursos d’água que alimentam a comunidade quilombola de Curuperé. Segundo José Francisco Maciel, dirigente da Associação de Remanescentes de Quilombos de Nova Esperança de Concórdia (Arquinec), a população local está apreensiva sobre a possibilidade de contaminação com agrotóxicos, principalmente por causa das crianças. “O igarapé é um dos principais locais de lazer da comunidade, há muito medo do que possa acontecer se suas águas estiverem sendo envenenadas”, explica Maciel.

De acordo com o técnico da Secretaria de Agricultura do Estado do Pará (Sagri) Arnaldo Martins, a média de aplicação de herbicida em um hectare de dendê

é de 2 litros por ano, sendo feitas duas aplicações anuais. Tomando como base a estimativa da Sagri de que o Estado cultiva atualmente 166 mil hectares de palma, pode-se projetar que cerca de 332.000 litros de herbicida são ou serão aplicados todos os anos na cultura, a depender de sua fase de desenvolvimento.

A isto, pode-se adicionar, na mesma lógica, outros venenos listados na tabela de insumos da Embrapa (tabela 4 deste estudo), como raticida (20kg/10 ha, perfazendo 33,2 toneladas/ano nos 166 mil ha de dendeza paraenses), inseticida (10 l/10 ha, ou 166 mil litros/ano), formicida isca (10 kg/10 ha, ou 166 toneladas/ano), e inseticida armadilha (12 cápsulas/10ha, ou 19.920 cápsulas/ano).

Estes cálculos obviamente são imprecisos em função da peculiaridade de cada área produtiva. As indicações da Embrapa se baseiam em unidades familiares, e estima-se que o uso de venenos nos grandes plantios seja bem maior. Fato é que o grande volume de agrotóxicos em áreas anteriormente pouco atingidas por estes produtos, com alta ocorrência de cursos d'água e altos índices de pluviosidade, pode se transformar num risco tanto para as comunidades quanto para a biodiversidade animal e vegetal expostas à contaminação.



Antonio Ribeiro, que mora ao lado de dendeza da Biopalma, tem saúde afetada

Foto: Verena Glass

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da forma que foi conduzida, a implantação do Programa de Produção de Palma de Óleo no Pará, com apoio, incentivos e suporte técnico e financeiro dos governos federal e estadual, da iniciativa privada e até de setores sindicais, pouco foi debatida com o mais importante público alvo - os agricultores familiares. Muito se prometeu e pouco se discutiu sobre seus impactos nos modos de vida tradicionais e sobre outras alternativas de renda e desenvolvimento.

Convidado pelo Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis (CMA) da Repórter Brasil a analisar o contrato da Petrobras com pequenos agricultores, o juiz do Trabalho Marcus Barberino, especialista em relações de trabalho no campo, chamou a atenção para um fato importante: a imposição de monocultivos em áreas de pequenos agricultores atenta contra a própria estrutura do programa de agricultura familiar, que é gerar alimentos e meios de subsistência in loco para as famílias, e não exclusivamente meios monetários.

De acordo com Barberino, o modelo adotado pelo programa do dendê - expresso nos contratos de parceria - , além de evidenciar uma assimetria (a desigualdade de armas) entre as partes contratantes, incentiva a desconstrução da diversidade representada pela agricultura familiar. “As cláusulas que estipulam a difusão de conhecimentos técnicos, padronização de processos produtivos e formulação de proposta de financiamento buscam dar uniformidade ao comportamento dos produtores e, em tese, disseminar entre estes as práticas relacionadas com a gestão capitalista do agronegócio (...). Em síntese, esmagam a economia agrária tradicional, “educando” a economia de subsistência para a exploração em maior escala e bases técnicas atualizadas”, avalia o juiz.

O modelo monocromático de desenvolvimento da dendeicultura, baseado em uma espécie exótica ao bioma amazônico e voltada para a produção de biodiesel, já apresenta indícios de que a segurança alimentar da região produtora será afetada. Seus efeitos sobre a renda da agricultura familiar, sobre a reconcentração de terras, sobre a transformação de pequenos agricultores em trabalhadores assalariados - muitas vezes em condições precárias e expostos a problemas como a dependência de drogas -, sobre as comunidades tangenciadas pelas áreas de dendê e sobre a biodiversidade, rios e igarapés, carece de estudos mais aprofundados, mas, novamente, indícios de problemas se multiplicam.

Diante deste quadro, é preciso questionar se os recursos e investimentos em tecnologia reservados à dendeicultura, outrossim, não poderiam ser aplicados na consolidação de uma agricultura familiar diversificada e social, ambiental e economicamente saudável. Permanece o desafio às organizações representativas dos pequenos agricultores, às instituições de apoio e assessoria, à academia, aos agentes do poder público e principalmente aos próprios agricultores de aprofundar este debate.

1 Mais informações sobre o Zoneamento Agroecológico da Cultura da Palma de Óleo: http://www.cnps.embrapa.br/zoneamento_dende/ZonDende.pdf

2 Mais informações sobre o Programa de Produção de Palma de Óleo: http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/camaras_setoriais/Palma_de_oleo/1_reuniao/Programa.pdf

3 Criado em 2007, o Pronaf Eco, destinado a estimular a produção de culturas agroenergéticas da agricultura familiar no âmbito do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), tem se afirmado como uma das principais ferramentas de política pública agrícola no Nordeste do Pará desde 2010. Atualmente, disponibiliza um crédito de até R\$ 80 mil a agricultores familiares integrados a grandes empresas.

4 Mais informações sobre o Selo Combustível Social: <http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/biodiesel/2286313>

5 Mais informações sobre o Programa de Dendê - Estado do Pará, fevereiro de 2013: <http://palmadeoleo.cpatu.embrapa.br/menu/apresentacoes-workshop/dia-26-02-2013-manha/hildegardo-nunes-apresentacao-embrapa-26-02.13>

6 Nahum, João Santos, e Malcher, Antonio Tiago Correa - Dinâmicas territoriais do espaço agrário na Amazônia: a dendeicultura na micro-região de Tomé Açu (PA) - <http://confins.revues.org/7947>

7 A tabela original pode ser acessada através do link <http://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2013/05/Cópia-de-coeficientetecnicodendê-Denpasa-Curso-Embrapa-Roberto.xls>

8 Para ler o contrato integral, o link é <http://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2013/05/Contrato-dende-Petrobras-AF.pdf>

9 Omitimos o nome dos entrevistados neste estudo de caso para preservá-los

10 A agricultura familiar e o programa nacional de biodiesel, pgs 25 e 26 - http://reporterbrasil.org.br/documentos/AgriculturaFamiliar_Biodiesel2010.pdf



Repórter Brasil - Organização de Comunicação e Projetos Sociais
biobr@reporterbrasil.org.br
<http://twitter.com/reporterb>
<http://www.facebook.com/ONGReporterBrasil>

Rua Bruxelas, 169, São Paulo - SP, CEP 01259-020
Telefones: (+55 11) 2506-6570, 2506-6562, 2506-6576 e 2506-6574